



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 021, DE 10 DE MARÇO DE 2025.

À Exma. Senhora

Vereadora KAYANNE NASCIMENTO BRAGA

PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores

NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras.

Apresentamos para apreciação e deliberação dessa Colenda Câmara Municipal de Vereadores, o presente Projeto de Lei que visa alterar a Lei Municipal nº 2.456, de 15 de abril de 2003, que instituiu o Conselho Comunitário de Campo Bom.

De acordo com a proposta, as demandas sugeridas pelos participantes da comunidade serão procedidas à votação para definir a obra ou serviço prioritário para sua região. Definida a obra ou serviço daquela região, o Poder Executivo os incluirá na próxima proposta orçamentária anual. As sugestões de obra ou serviço para a cidade, colhidas nas 15 regiões, serão definidas após o término das plenárias regionais.

O projeto também propõe a realização de consulta pública eletrônica acerca da priorização, pela comunidade, de obras ou serviços pretendidos realizar, o qual será denominado de CONSELHO COMUNITÁRIO DIGITAL.

A coordenação do Conselho Comunitário e do Conselho Comunitário Digital caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Secretaria Geral de Governo.

Desta forma, submete-se o presente Projeto de Lei a essa Respeitável Casa, requerendo sua aprovação.

Atenciosamente,

GIOVANI BATISTA FELTES
Prefeito Municipal.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 021, DE 10 DE MARÇO DE 2025.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.456, DE 15 DE ABRIL DE 2003, QUE TRATA SOBRE O CONSELHO COMUNITÁRIO, CRIA O CONSELHO COMUNITÁRIO DIGITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Altera a redação dos parágrafos 2º e 3º, e cria o § 4º, do artigo 7º, da Lei Municipal nº 2.456/2003, que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 7º.

...

§ 2º. Apuradas as demandas sugeridas pelos participantes, será procedida a votação para definir a obra ou serviço prioritário para sua região.

§ 3º. Definida a obra ou serviço daquela região, o Poder Executivo os incluirá na próxima proposta orçamentária anual.

§ 4º. As sugestões de obra ou serviço para a cidade, colhidas nas 15 regiões, será definida após o término das plenárias regionais.”

Art. 2º. Altera a redação do artigo 8º da Lei Municipal nº 2.456/2003, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8º. Das eleições e das deliberações, serão lavradas atas circunstanciadas.”

Art. 3º. Cria o artigo 8A e §§, na Lei Municipal nº 2.456/2003, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8A. O Poder Executivo poderá realizar consulta pública eletrônica acerca da priorização, pela comunidade, de obras ou serviços pretendidos realizar, denominado CONSELHO COMUNITÁRIO DIGITAL.

§ 1º. O Poder Executivo informará no seu sítio oficial (www.campobom.rs.gov.br) na internet, a abertura da consulta pública, com antecedência mínima 5 (cinco) dias.

§ 2º. o Conselho Comunitário, tanto no formato presencial ou digital, poderão servir como ferramenta de avaliação das políticas públicas existentes e a serem implementadas.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

§ 3º. Poderão participar do Conselho Comunitário Digital todos os cidadãos que possuírem título de eleitor válido e regular em Campo Bom, até o mês de janeiro de cada ano, conforme listagem fornecida pela Justiça Eleitoral.

§ 4º. Quando as consultas públicas do Conselho Comunitário Digital se referirem a obras ou serviços, após apuração dos votos eletrônicos, as demandas escolhidas serão consideradas para a elaboração da próxima Lei Orçamentária Anual.”

Art. 4º. Altera a redação do artigo 9º da Lei Municipal nº 2.456/2003, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º. É encarregado o Gabinete do Prefeito, através da Secretaria Geral de Governo, à coordenação do Conselho Comunitário e do Conselho Comunitário Digital.”

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Fica revogada a Lei Municipal nº 3.459, de 22 de setembro de 2009.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser regulamentada por Decreto no que se fizer necessário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 10 de março de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES

Prefeito Municipal.